

O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA: UMA INDAGAÇÃO DIFÍCIL

Fábio Roberto de Oliveira¹

RESUMO: Historicamente a religião esteve em todas as sociedades, configurando-se como um importante aspecto da existência humana e sendo objeto de estudo em diferentes períodos da história. Presente na vida de um grande número de pessoas, a religião permeia também o espaço escolar, subjetivamente e através do ensino religioso. Essa disciplina é o centro de uma problemática que acompanha a educação brasileira desde o início da era republicana quando se estabeleceu a separação entre estado e igreja. O presente trabalho trata do tema: O ensino religioso na escola, seu objetivo é apresentar a trajetória do ensino religioso na educação e na legislação brasileira, destacando as idéias dos defensores e críticos dessa disciplina bem como as características do seu atual modelo, definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, visto que o ensino religioso tem por base a religião mostrou-se de início definições para esse conceito e alguns trabalhos sobre o tema, produzidos em diferentes períodos da história. Como pré-requisito do curso de Pós-Graduação “Lato-Sensu” realizado pelo IBF/FACEL, a pesquisa iniciou-se com uma pertinente análise bibliográfica, optou-se por realizar um trabalho de cunho teórico que contou também com uma pesquisa de campo realizada numa escola pública da Serra-ES, onde se constatou um modelo de ensino religioso não condizente com a legislação e diretrizes vigentes no estado.

Palavras-chave: Religião; Ensino; Religioso; Estudo.

ABSTRACT: Historically religion was in all societies, setting itself as an important aspect of human existence and being the object of study in different periods of history. Present in the life of a large number of people, religion permeates the school also, subjectively and through religious education. This discipline is the center of a problem that accompanies the Brazilian education since the early republican era when it established the separation between church and state. This work addresses the theme: The religious education in school, your purpose is to present the trajectory of religious education in Brazilian education and legislation, highlighting the ideas of defenders and critics of this discipline as well as the characteristics of their current model, defined in the Act and Guidelines for Basic Education (LDB) 1996, as the religious education is based on religion has shown itself to initiate this concept and definitions for some work on the subject, produced in different periods of history. As a pre-requisite of the course of Post-Graduate "Lato-Sensu" conducted by IBF/FACEL, the search began with a relevant literature review, and it was decided to hold a stamp of theoretical work that was also with a search the field at a public school of Serra-ES, where it has been a model of religious education not consistent with existing legislation and guidelines in the state.

Keywords: Religion; School; Religious; Study.

¹ Graduado em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória, Vitória, ES, frobertoliveira2018@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A religiosidade é um fenômeno inerente a todo ser humano e está presente em todas as culturas, manifestando-se na vida do homem ao longo de sua história. O termo religião tem sido conceituado de forma diferenciada dependendo de condicionamentos históricos, culturais e filosóficos. Sendo assim, ele é motivo de interpretações, podendo de acordo Durkheim (2003) ser visto como um aspecto essencial e permanente da existência humana ou como uma ilusão coletiva, criada pelo o homem no intuito de dominar o seu sentimento de impotência em relação ao mundo (FREUD *apud* PALMER, 2001).

Sendo assim, o primeiro capítulo deste trabalho procura definir religião, mostra que esse tema tem sido objeto de estudo em diferentes períodos da história e que há uma vasta bibliografia de historiadores sociólogos e antropólogos que se debruçaram sobre essa temática. Suas definições variam muito, numa mesma disciplina, no entanto são de grande relevância para a compreensão dos fenômenos religiosos e da relação existente entre religião, cultura e sociedade.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho priorizou a pesquisa bibliográfica. A análise conceitual do termo religião foi apresentada a partir da visão de diferentes autores, dentre eles: Émile Durkheim, Mircea Eliade, Levi Strauss e Jacqueline Hermann. Como embasamento teórico para a compreensão da religião e sua história, apresentou-se o pensamento de Mircea Eliade, incluso na obra *O Sagrado e o Profano, a essência das religiões*. Através dessa análise destaca-se autores que na antiguidade produziram importantes obras acerca da religião. Também são mencionados alguns trabalhos realizados no período medieval como o famoso *o livro das maravilhas* do navegador e escritor italiano Marco Pólo.

Demonstra-se o interesse pelo estudo das religiões no século XVIII, citando o importante trabalho de David Hume; *A História Natural da Religião* e os conceitos formulados pelos filósofos iluministas, que apontam o processo de transformação da história das religiões numa ciência autônoma. Acerca desse processo apresenta-se uma leitura do pensamento de Jacqueline Hermann indicando também as diferentes abordagens teórico-metodológicas realizadas por consagrados autores dos séculos XIX e XX, tanto na Europa quanto aqui no Brasil.

Certamente essa questão da religião e da religiosidade é um tema que está presente no cotidiano de um grande número de pessoas e ele também permeia o ambiente escolar

(VALLA, 2001). No Brasil o ensino religioso é legalmente aceito como disciplina escolar, a trajetória dessa disciplina iniciou-se com a colonização portuguesa e tem sido marcada por grande complexidade e teor polêmico pois ela oculta uma dialética entre secularização e laicidade no interior de diferentes contextos históricos e culturais (CURY, 2004).

O ensino religioso é problemático, visto que envolve o necessário distanciamento do Estado laico ante o particularismo próprio dos credos religiosos. Cada vez que esse problema compareceu a cena dos projetos educacionais sempre veio carregado de uma discussão intensa em torno de sua presença e factibilidade em um país laico e multicultural (*op cit*, p. 184).

Com o objetivo de relatar historicamente o desenvolvimento do ensino religioso no Brasil e destacar os atores sociais envolvidos nessa questão o segundo capítulo deste trabalho traz algumas considerações acerca da origem desta disciplina. Para tanto utiliza -se como referencial teórico os trabalhos: *Religião em sala de aula: o ensino religioso nas escolas públicas* de Clodilte Rato; *Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente*, do autor Carlos Roberto Jamil Cury, *O Ensino Religioso no Brasil - tendências, conquistas e perspectivas* da autora Anísia de Paulo Figueiredo entre outros que estão relacionados a bibliografia.

Com base nos autores Sergio Junqueira e Viviane Cândido descreve-se a problemática relação do ensino religioso com a legislação brasileira e as diferentes situações dessa disciplina diante da Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) destaca-se as concepções e interesses de seus defensores – em especial a Igreja Católica e o Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso (FONAPER) bem como os argumentos dos grupos contrários ao ensino religioso, defensores de uma escola laica.

Fundamentado em Sandra Carneiro, Lara Ferraz e do já mencionado César Ranquetat este trabalho apresenta o novo modelo de ensino religioso estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei 9475/97 (LDB) e traz alguns questionamentos a respeito de sua prática no atual contexto educacional brasileiro.

2 RELIGIÃO: PENSANDO ESSE CONCEITO

Etimologicamente, o termo religião vem do verbo latino religare (re-ligare). Segundo Cury (2004), religar tanto pode ser um novo liame entre um sujeito e um objeto, um sujeito e outro sujeito, como também entre um objeto e outro objeto. De acordo com esse autor o religar

supõe um momento originário sem a dualidade sujeito/objeto ou um elo primário (ligar) que, uma vez desfeito admite outra ligação.

Para Durkheim (2003) a religião é um aspecto essencial e permanente da existência humana ele afirma que para aquele que ver na religião uma manifestação natural da existência humana, todas as religiões são instrutivas, sem exceção, pois todas exprimem o homem a sua maneira e podem assim ajudar a compreender melhor esse aspecto de nossa natureza. Ainda de acordo com esse teórico a religião seria uma espécie de especulação sobre tudo o que escapa à ciência, e de maneira mais geral ao pensamento claro.

Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é separada, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral chamada igreja todos aqueles que a elas aderem (...) A religião deve ser uma coisa eminentemente coletiva (*op cit*, p.32).

Max Muller *apud* Durkheim (2003) diz que toda religião é um esforço para conceber o inconcebível, para exprimir o inexprimível, portanto uma aspiração ao infinito. Deixando de lado o aspecto transcendente da religião Max Weber *apud* Hermann (1997) afirma que ela é uma forma entre outras dos homens se organizarem socialmente. Nesse sentido Gramsci, também *apud* Hermann (1999) considera que por ser a religião um tipo determinado de visão de mundo que se situa entre a filosofia (religiosidade dos intelectuais) e o folclore (religiosidade popular) ela está ligada as estratégias de poder que organizam as sociedades. Já o pesquisador Lévi-Strauss, baseando-se no pensamento do bom selvagem diz que a religião pode ser definida como uma humanização das leis naturais, ou seja, um antropomorfismo da natureza (HERMANN,1999).

Para Eliade (2001), a religião é um sistema infinitamente complexo, que pode ser apontado como uma referência primordial. Conforme o autor a religião é o sistema de mundo das sociedades tradicionais, mas ele ressalta que a religião é autônoma em relação a sociedade. Com base nessas definições percebe-se, que o conceito de religião não é limitado e isso ocorre devido a sua dimensão social:

Religião e sociedade são realidades que se interpenetram (...) a religião concorre de algum modo para a formação na medida em que favorece a convivência dos cidadãos (...) apresenta-se como um empreendimento humano que está a sempre se configurando culturalmente (WOLFF, 2004, p.219).

De acordo com esse autor existe uma estreita ligação entre cultura e religião, ele afirma que religião e cultura relacionam-se intimamente, no sentido de que os princípios socioculturais interagem com os religiosos na orientação da existência humana (*op.cit*).

A religião seria um sistema cultural, de acordo com o antropólogo alemão Paul Hiebert, *apud* Silva (2007), ele conceitua religião como um sistema explicatório que trata das últimas questões da vida e da morte, das razões da própria existência. Nessa mesma linha também se pode citar o conhecido antropólogo americano Felix Keesing, *apud* Silva (2007) que também entende a religião como um sistema cultural e a define como um sistema explanatório interpretativo,

(...) explanatório à medida que responde sistematicamente aos porquês totais, relacionados diretamente com a existência – natureza do mundo e do homem; poder – forças dinâmicas do universo; providência – funções de manutenção do bem-estar; moralidade – vida e morte dos indivíduos. E interpretativo porque tende a interpretar todo o comportamento importante e valorizado, ligando-se aos diferentes setores da vida humana, como economia, política, família, lazer, estética e segurança. (*op cit*).

Portanto pode se afirmar que as religiões estão presentes na vida do ser humano ao longo de sua história e que todas elas são parte importante da memória cultural e do desenvolvimento histórico de toda sociedade (CAMILO, 2004).

3 TRABALHOS PRODUZIDOS NA ANTIGUIDADE

As religiões e a religiosidade popular tem sido objeto de análise de antropólogos, historiadores e sociólogos. Ao contrário do que se costuma pensar o interesse pela história das religiões remonta a um passado distante. Na Grécia Antiga, sobretudo a partir do século V, houve uma grande preocupação em descrever os cultos religiosos, tanto dos gregos como dos estrangeiros. Segundo Eliade (2001), foi Heródoto (484-425 a.C.) que em seus trabalhos fez as primeiras descrições importantes da religião grega e da religião de outros povos, como os egípcios e os persas. Conforme esse autor os pensadores pré – socráticos questionaram sobre a natureza dos deuses e o valor dos mitos,

(...) eles conseguiram fundar a crítica racionalista da religião. Parmênides (nascido por volta de 520) e Empédocles (495-435) concluíram que os deuses eram personificações da natureza, Demócrito (c.460-370) interessou-se principalmente

pelas religiões estrangeiras, atribui-se a ele o livro *Sobre as inscrições sagradas da Babilônia, as Narrativas caldeias e as Narrativas frígias* (op cit, p.3).

Ainda na Antiguidade outros escritores dedicaram-se a estudar a religião de seu tempo, como Platão (429-347) que escreveu sobre a religião dos povos estrangeiros, Aristóteles que foi o primeiro a formular a teoria da degenerescência religiosa da humanidade, Teofrasto (372-287) que sucedeu Aristóteles em seus trabalhos e compôs uma história das religiões em seis livros e por isso pode ser considerado o primeiro historiador grego das religiões.

Durante as conquistas de Alexandre, o Grande (356-323) os gregos conheceram e descreveram as tradições religiosas dos povos orientais, um desses escritores Hecateu de Abdera (365-270) dedicou-se a religião egípcia e através de seu trabalho o mundo alexandrino conheceu um grande número de costumes religiosos. Outros trabalhos importantes foram realizados por Epicuro (341- 270) e pelos estóicos que se dedicaram principalmente ao estudo dos mitos gregos.

4 ESTUDO RELIGIOSO NO PERÍODO MEDIEVAL

Durante a Idade Média, foram realizados vários estudos sobre as mais diversas crenças religiosas. O Islã se destacou produzindo importantes obras acerca das religiões não cristãs. Segundo Eliade (2001), Al-Bîrunî (973-1048) fez descrições notáveis a respeito das religiões indianas, o autor destaca também Ibn Hazn (994-1064) que compilou o *livro das soluções decisivas relativas às religiões*, que abordava a religião dos brâmanes, judeus, cristãos e das numerosas seitas islâmicas.

Averroes (1126-1198) tentou através de seus tratados filosóficos harmonizar filosofia e religião, utilizando-se do pensamento de Aristóteles ele exerceu profunda influência sobre judeus cristãos e islâmicos, o esforço para integrar o pensamento grego à tradição religiosa islâmica esteve no centro da obra de Averroes (SIMON E BENOIT, 1987).

Os judeus também desenvolveram estudos com a temática religiosa, entre eles os autores Saadia Gaon (1135-1204) e Maimônides (1135-1204). No livro *Das crenças e das opiniões* Saadia fez uma exposição das religiões dos brâmanes, cristãos e muçumanos, integrando-as a uma filosofia religiosa, enquanto Maimônides fez um estudo comparativo das religiões, sempre rejeitando o sincretismo(ELIADE, 2001).

Entre os cristãos da idade média houve a preocupação de se entender os costumes dos mongóis que viviam na Ásia Menor, por isso alguns monges eram enviados a essa região para fazerem registros da cultura desse povo e principalmente das suas crenças religiosas. Em 1224 Inocêncio IV enviou dois dominicanos e dois franciscanos, um dos quais Jean du Plan de Carpin, ao regressar de Karakorum, na Ásia Central, escreveu o *História Mongalorum* (*op cit*, p. 8). Em 1227, após viajar por várias regiões da Ásia Marco Pólo escreveu o *Livro das Maravilhas*, onde narrou a vida de vários povos, registrando a presença de bruxos e de seres demoníacos no imaginário da população. Ele fez relatos importantes a respeito da vida de Buda e sobre as características do Budismo (POLO, 1996). Segundo Eliade (2001) todos esses livros tiveram um sucesso imenso e utilizando toda essa documentação, Vicent de Beauvais, Roger Bacon e Raymndo Lúlio puderam registrar em seus escritos as crenças dos tártaros, dos sarracenos e dos judeus.

5 A RELIGIÃO E A MODERNIDADE

A partir do século XV, as idéias renascentistas fizeram com que escritores como Marsílio Ficino (1433-1449) fossem influenciados pelo pensamento dos antigos gregos ele chegou a compor uma Teologia platônica e em 1520 aparece a primeira história geral das religiões, em que se encontravam as crenças escritas da África e da Ásia (ELIADE, 2001).

As descobertas geográficas do período possibilitaram maior conhecimento sobre o homem religioso, os primeiros exploradores fizeram narrativas que se transformaram em coletâneas de viagens, os missionários que estiveram na América e na China publicaram cartas e relatos que apontavam as características das religiões existentes nesses lugares, J. Fr. Lafitau, tentou comparar as religiões do Novo Mundo com as religiões da Antiguidade (*op cit*, p. 9).

Em 1775, David Hume, publicou um livro intitulado *A História Natural da Religião*, nesse livro ele apresentou sua teoria a respeito das origens das religiões e analisou os fatores sociais e psicológicos que levam as pessoas a assumir uma postura religiosa, na sua concepção antropológica a experiência do terror é a origem da religião (HUME, 2005).

Os filósofos e enciclopedistas franceses J. – J. Rousseau, Voltaire, Diderot, d’Alembert (...) e os alemães F. A. Wolf e Lessing, retomam com vigor a discussão do problema da religião natural, mas foram os eruditos que fizeram uma contribuição positiva para a interpretação das religiões exóticas, pagãs ou primitivas (...) Muitos autores do período levantaram hipóteses importantes, provocando reações com suas obras: Fontenelle, no seu *Discours sur l’origine des fables* dá provas de um espírito histórico penetrante e antecipa teorias do século XIX. François Dupuis publica em 1794 *L’Origine de tous les cultes* (ELIADE, 2001, p. 10).

6 O INÍCIO DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Durante o período colonial, o governo português preocupou-se em expandir a fé cristã nas colônias conquistadas, com essa finalidade desenvolveu o processo de evangelização e catequização das populações indígenas e dos africanos, o que de acordo com Ranquetat (2007) foi de certa maneira uma espécie de ensino religioso, de educação e de formação religiosa nos moldes da doutrina católica. Nesse período surge as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), esse foi o primeiro documento oficial que tratou da educação religiosa aqui no Brasil e previa a obrigação dos senhores proprietários cuidarem da educação religiosa de seus escravos. Cabia aos párocos ensinar a doutrina cristã aos escravos e aos meninos, porém vale destacar que não se falava ainda do ensino religioso como uma disciplina, se tratava de uma formação religiosa (OLIVEIRA *apud* RANQUETAT, 2007).

Os meninos aprendiam a ler e escrever através de livros religiosos (...) simultaneamente com a alfabetização ocorria a doutrinação das crianças de acordo com os princípios da religião católica, a preocupação das autoridades da época era conciliar o ensino das letras, da matemática com o ensino da religião. Tal tarefa era facilitada pelo regime de padroado (...) A Igreja Católica estava subordinada ao Estado, funcionava como um departamento deste. A esfera da educação era comandada pela Igreja Católica (...) os padres eram os professores e os catequizadores (*op cit*, p. 164).

No século XIX, o Brasil assume a condição de Império e o estado brasileiro passa a ter o Catolicismo como religião oficial, a união entre Estado e Igreja é firmada na Constituição de 1824, nesse contexto o ensino religioso na educação brasileira se afirma através da lei de 15 de outubro de 1827 que estabelecia em seu artigo 6º que os professores deveriam ensinar a ler e escrever, as operações aritméticas, as noções de geometria, a gramática e os princípios de moral cristã e da fé católica (CURY, 1993).

Mas no final do Império, muitas mudanças ocorreram, os alunos não católicos foram excluídos da obrigatoriedade de assistir as aulas de ensino religioso de orientação católica e o ensino religioso passa a ser substituído pela disciplina de educação moral e cívica, que visava transmitir e inculcar nas novas gerações, os valores republicanos e seculares (*op cit*). Essa disciplina ganhou força após a proclamação da república em 1889, pois nesse momento se estabelece a secularização do estado brasileiro. Mais tarde A Constituição de 1891 consagra a separação entre Igreja e Estado, assim o ensino religioso deixou de existir nas escolas brasileiras, fato gerou inúmeras críticas:

Os bispos brasileiros e a intelectualidade católica de orientação conservadora reagiram à secularização promovida pela constituição republicana. Pretendiam uma distinção entre o poder espiritual e o poder temporal, mas discordavam com a total separação entre Igreja e Estado. Para estes, caberia ao poder espiritual tudo aquilo que se relaciona com as questões espirituais, sobrenaturais. Já o poder temporal deveria se preocupar com as questões naturais e de ordem política e social. Ambos os poderes tinham suas responsabilidades e competências específicas, mas deveriam viver em clima de harmonia e aliança (MOOG, *apud* RANQUETAT, 2007, p. 165).

Para os intelectuais católicos a ausência do ensino religioso nas escolas públicas representava um preconceito laicista contra a religião católica, enquanto os liberais, maçons, positivistas, socialistas, e alguns grupos protestantes afirmavam que a existência do ensino religioso significava a presença do elemento eclesial na escola servindo aos interesses da Igreja Católica e indo de encontro à separação do poder temporal e do poder espiritual. Esse embate segue até 1928, quando o então governo de Minas Gerais baixou um decreto que autorizando o ensino religioso nas escolas de seu estado. Segundo Cunha *apud* Ranquetat (2007) em 1929, a assembléia legislativa de Minas Gerais aprovou uma lei que determinava o ensino religioso nas escolas públicas do estado, prevendo frequência facultativa as aulas sem fazer alusão nenhuma religião em particular.

Em abril de 1931, por meio do decreto federal nº 19.941 tornou-se facultativa a oferta do ensino religioso nos estabelecimentos de ensino, cabia aos pais ou responsáveis optarem ou não pela dispensa dos alunos, a organização dos conteúdos e a escolha dos livros ficavam sob a responsabilidade dos ministros dos respectivos cultos e os professores eram escolhidos pelas autoridades do culto a que se referia o ensino religioso que nesse caso era confessional (CURY, 1993).

Ranquetat (2007) destaca que a presença do ensino religioso, nas Constituições federais, leis e decretos nacionais se devia em grande parte ao poder das lideranças católicas que se aliaram ao estado brasileiro. No entanto com o fim do Estado Novo, as relações entre Igreja e Estado se enfraquecem, pois o regime de 1946 restabelecia a tradição republicana de afastamento entre Estado e Igreja. De acordo com o autor (*op cit*) esta crise erodiu o monopólio religioso do catolicismo brasileiro, mesmo assim o ensino religioso ficou garantido na Constituição Federal de 1946, devido a mobilização de grupos religiosos vinculados a Igreja Católica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do ensino religioso no Brasil pode ser reportada a história da colonização, quando a preocupação fundamental do governo de Portugal era expandir a fé cristã nas colônias conquistadas, quando um dos objetivos do projeto colonizador português era a cristianização das populações indígenas e dos escravos. Inserido nesse projeto o cristianismo católico veio para o Brasil passando a subjugar as outras expressões culturais e religiosas aqui existentes. Vimos que durante o período imperial o ensino religioso se afirmou diante de um contexto de união entre o estado brasileiro e a Igreja Católica, pois a carta constitucional de 1824 declarou em seu artigo 5º a Igreja Apostólica Romana como religião do Império. Portanto em todas as escolas do império, os professores ensinavam a doutrina da religião católica da mesma forma que ensinavam as demais disciplinas.

Mostramos que já no final do império o ensino religioso passou a ser substituído pela disciplina de moral e cívica e que com o regime republicano instalado em 1889 essa disciplina foi eliminada, pelo menos temporariamente das escolas. A então secularização do estado brasileiro refletiu-se na esfera da educação, os positivistas e os liberais defendiam a separação entre o poder espiritual e o poder temporal e a escola laica, no entanto esses grupos tiveram que enfrentar a forte reação da igreja católica, que entendia a ausência do ensino religioso nas escolas como um preconceito contra a religião católica e claro, uma ameaça a sua hegemonia ideológica. Essa instituição muito se mobilizou e viu seus interesses novamente garantidos a partir de 1928, quando se inicia um processo de restabelecimento do ensino religioso em todas as escolas do país.

Em nosso trabalho percebemos que desde a década de 30 a questão do ensino religioso tem gerado polêmica e muita discussão, o que nos é razoável, pois como se justificar o ensino confessional de uma religião numa escola pública de um estado que se diz laico?

Pensamos que na prática o estado brasileiro não teria se separado da igreja com a proclamação da república em 1889. Depois de mais de três séculos de domínio ideológico sobre a sociedade, a igreja católica não perdeu toda a influência devido principalmente a sua forte presença no cenário político. Assim compreendemos a volta do ensino religioso, assegurada na Constituição Federal de 1934 e nas demais constituições republicanas.

Como vimos nas primeiras décadas do período republicano, o ensino religioso deixou de ser oficialmente centrado na religião católica. Todas as leis referentes ao assunto defendiam que o ensino religioso seria ministrado de acordo com a religião do aluno sendo também facultativo. Os defensores desta disciplina entendiam que dessa forma o ensino religioso não feria a laicidade do estado, visto que não mais ensinava uma única religião. No entanto sabemos que na prática, o cristianismo católico tem sido o tema principal das aulas de ensino religioso devido a predominância dessa crença no âmbito escolar e a dificuldade de se contemplar na sala de aula a diversidade religiosa existente na sociedade brasileira.

O modelo de ensino religioso estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 assumiu um caráter pluralista, não confessional, enfatizando os aspectos antropológicos das religiões e, portanto teoricamente desvinculado da Igreja católica. Contudo, percebemos que esse modelo de ensino religioso tem recebido críticas e que passados uma década de sua criação ainda não foi implantado em nível nacional como demonstrou nossa pesquisa realizada numa escola pública do interior pernambucano, onde verificamos desde a falta de informação sobre o assunto até fortes resquícios de ensino catequético.

Sendo assim, ao término desse trabalho chegamos a conclusão de que em muitos casos, a diversidade religiosa não tem sido considerada dentro da sala de aula e que há grandes dificuldades em se concretizar o diálogo inter-religioso, muitos educadores desconhecem os elementos que compõem o fenômeno religioso e o papel das tradições religiosas nas sociedades, portanto é evidente a falta de compreensão do ensino religioso como disciplina. Entendemos que essa realidade torna o debate em torno do ensino religioso ainda mais complexo, pois além de abarcar questões que dizem respeito as definições sobre

estado, religião e espaço público ele gera também discussões sobre as condições em que o ensino vem sendo ministrado nas escolas.(GIUMBELLI E CARNEIRO, 2004).

As discussões em torno do ensino religioso na escola pública ainda estão em curso e são absolutamente necessárias. Algumas considerações foram apresentadas sobre essa temática e esperamos que esse trabalho venha a contribuir para que ela não fique despercebida dentro da escola e possa suscitar novos estudos e pesquisas capazes de gerar as reflexões necessárias para a definição dessa problemática.

REFERÊNCIAS

CAMILO, Janaina. Ensino religioso na escola pública: uma mudança de paradigma. Revista de Estudos da Religião, São Paulo, n.2, p.26-36, 2004. Disponível em: www.aster-to.org.br/download/ensinoreligiosomudancadeparadigma.pdf- Capturado em: 10 mar. 2008. Online.

CÂNDIDO, Viviane Cristina. Há lugar para o ensino religioso na escola? Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.5, n.16, p.185-207, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www6.inep.gov.br/.../bee-online/lista.asp?cod=37319&>. Capturado em: 10 mar. 2008. Online.

CURY, Carlos Jamil. O curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. Educação em Revista, Belo Horizonte, n.17, p.20-37, jun.1993.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HUME, David. História Natural da Religião. São Paulo: UNESP, 2005.

RANQUETAT, César Jr. Religião em sala de aula: o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, São Paulo, n.1, p.163 -180.2007. Disponível em: www.csonline.ufjf.br/artigos/arquivos/religiao.pdf . Capturado em: 10 mar.2008.

SIMON, Marcel, BENOIT, André. Judaísmo e Cristianismo Antigo: de Antíoco Epifânio a Constatino. São Paulo: EDUSP, 1987.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalista. São Paulo: Martim Claret, 2004.

WOLFF, Elias. Humanismo e Religião. In: BENTO, Fábio Régio. Cristianismo, Humanismo e Democracia. São Paulo: Paulus, 2005. cap.7, p.215-248